

A pesar de a rede pública de saúde do Distrito Federal receber vários pacientes de outros estados — diariamente, são 2,4 mil pessoas que chegam às emergências — ela também exporta pacientes do DF. A maioria dos brasileiros desconhece o programa Tratamento Fora do Domicílio (TFD) da Secretaria de Saúde, que faz o contato com outras secretarias estaduais para agendar a consulta. Quando esta é confirmada, o governo paga passagem de ônibus ou de avião para outros hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Para conseguir o atendimento, é preciso requisitar, com laudo de médico, o tratamento. O laudo é submetido a uma avaliação da junta médica do TFD, que comprovará se o tratamento realmente não é realizado no DF. Só depois a Secretaria de Saúde entra em contato com outros estados solicitando a consulta médica. O prazo de espera pode ser desanimador: até dois anos.

“O tratamento não é imediato porque dependemos da resposta do hospital de lá. Cada estado tem um critério de seleção que pode levar em consideração a gravidade ou idade, por exemplo”, explica a diretora do TFD, Kátia Sobral.

A aposentada Rosa Maria Lucena, 48 anos, há dois anos tenta conseguir dinheiro para pagar a operação em hospital particular do filho Adailton da Silva, 29 anos, que sofre de epilepsia. Com pensão de oito salários mínimos, ela chegou à conclusão de que nunca poderá pagar a cirurgia de R\$ 28 mil. Num ato de desespero, Rosa ligou para a secretária do ministro da Saúde, José Serra, pedindo uma audiência. Chegou a ameaçar acampar em frente ao ministério, caso Serra não a recebesse. Foi então que a secretária a orientou sobre o TFD.

O caso de Adailton foi aprovado pelo programa e ele já está com consulta agendada em Goiânia. A expectativa é que a operação seja realizada em dois anos. “O sonho dele é poder levar uma vida normal. Ultimamente chegou a ter cinco crises por dia, que o deixam muito debilitado”, conta Rosa.

Já instituições que ajudam crianças com câncer e com lábio-leporino, o TFD não ajuda. A presidente da Sociedade de Promoção do Fissurado Lábio-Palatino do Distrito Federal (Profis/DF), Glória Pena, diz que nunca conseguiu apoio do governo. Mensalmente, a Profis leva um ônibus cheio de crianças para serem tratadas no único hospital referência da América Latina: o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo (USP), chamado de Centrinho, em Bauru (SP). “Tem muita burocracia. A resposta da marcação da consulta é avisada muito em cima para marcar viagem”, explica. Há 20 anos, ela mantém contato com hospitais e casa de apoio de Bauru para encaminhar os pacientes do DF.

MAIS PERTO DA CURA

PROGRAMAS LEVAM PACIENTES PARA ONDE DOENÇA É TRATADA MAIS RAPIDAMENTE. CONHEÇA OS SERVIÇOS

LEIA MAIS NA
PÁGINA 10

